



percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
DIANTE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO DISTRITO FEDERAL. A
BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO CIDADÃ.**

Daniel Garcias Gonçalves
Secretaria de Educação do Distrito Federal
daniel_geogoias@hotmail.com

Marília Luiza Peluso
Universidade de Brasília
peluso@unb.br

Resumo: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi historicamente negligenciada, num país em que a marca estrutural da educação é uma dualidade elitista e excludente. O contexto socioespacial das pessoas excluídas deste serviço essencial constrói e é construído por esta segregação que não se restringe a educação, mas se estende as demais esferas sociais da nação. Ensinar geografia na EJA torna-se assim, uma ferramenta de capacitação para a cidadania e emancipação uma vez que se mobilizam saberes capazes de articular as demandas sociais da realidade com os conhecimentos teóricos da Geografia Escolar. Este artigo se propõe a analisar a importância de ensinar Geografia na Educação de Jovens e Adultos considerando o contexto socioespacial dos estudantes dessa modalidade. A metodologia utilizada foi pautada em uma análise bibliográfica e documental, levando em consideração a Geografia Escolar, o currículo oficial, as diretrizes de ensino na Educação de Jovens e Adultos, os microdados do Censo Escolar e dados disponibilizados por outros órgãos oficiais do governo, como a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Foi utilizado como referência para obtenção de dados e análise da proposta curricular, a Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal.

Palavras-Chave: Geografia Escolar; Educação de Jovens e Adultos; Currículo; Segregação Socioespacial.

Introdução

O processo de formação do território brasileiro solidificou uma construção societária estratificada. Nesse sentido, uma grande massa de pessoas, unificadas principalmente pela aglutinação de pretos, pardos e índios, era colocada à margem dos benefícios obtidos por uma elite agrária-exportadora e escravista. Esta base de arranjo social permitiu que ao longo dos séculos uma estrutura social excludente se tornasse a face do país, configurando um Brasil de grandes disparidades fixadas, entre outros fatores, na cor e na origem étnica.

O acesso à propriedade, assim como o acesso aos serviços básicos como saúde e educação se restringiram, especialmente nos primeiros séculos da nação, aos grupos de dominância social, reproduzindo um ciclo vicioso de baixa mobilidade social entre os preteridos deste processo. Como efeito, uma das consequências de tal restrição se deu no baixo acesso de uma grande massa à formação educacional que, por sua vez, fortalece a permanência desta camada populacional em uma posição social excludente dos benefícios mínimos para exercício da cidadania. O reflexo imediato da trajetória de segregação existente no Brasil, aparece no campo educacional, com uma gigantesca quantidade de adultos que sequer conseguiu uma chance de frequentar a escola formal, e que, por mais de um século foi negligenciado das políticas públicas.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar a importância do ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando o contexto socioespacial desses estudantes. A hipótese inicial é que o conhecimento geográfico pode ser uma ferramenta importante para emancipação social e exercício da cidadania, uma vez que permite mobilizar os conhecimentos curriculares da disciplina, relacionando-os com as demandas sociais da realidade desses estudantes.

Para tanto, a metodologia adotada se pautou em um levantamento bibliográfico e documental, em que será analisado a proposta curricular da Geografia para a Educação de Jovens e Adultos correlacionando-a com as características socioespaciais do público atendido pela EJA. O texto se apresenta em duas partes: na primeira parte são feitas considerações das características socioespaciais dos estudantes atendidos pela EJA no Distrito Federal. Na segunda parte são correlacionadas a proposta curricular do ensino de Geografia as demandas sociais dos estudantes da EJA. Após, considerações finais encerram o resultado que ressalta a

importância do ensino de Geografia na EJA, considerando o contexto socioespacial dos estudantes atendidos por esta modalidade.

A Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal: características socioespaciais e demandas sociais de seus estudantes.

A formação social do Brasil conduziu a uma imensa segregação que fixou um grande contingente populacional na situação de analfabetismo por muitas décadas. Como resultado, um grande número de adultos, sequer tiveram a chance de frequentar uma instituição escolar. Conforme Di Pierro (2005), a primeira vez em que a educação de adultos foi colocada no radar da política pública no país remonta a década de 1930, o que demonstra o atraso e descaso com este público no que concerne aos investimentos em educação no país.

Oliveira (1999), identificou os estudantes da Educação de Jovens e Adultos como migrantes de áreas rurais empobrecidas, filhos de trabalhadores rurais não-qualificados e mesmos indivíduos das áreas urbanas que foram excluídos do processo escolar por diversos aspectos. A esse respeito pode-se assinalar que:

São sujeitos marcados pela diversidade, seja em suas trajetórias pessoais ou mesmo em suas especificidades de atendimento. Pessoas jovens, adultas, idosas; em cumprimento de medida socioeducativa; com restrição de liberdade (sistema prisional); população em situação de rua (vulnerabilidade social); sujeitos com necessidades educacionais especiais diagnosticadas ou não; integrantes de movimentos sociais e populares; trabalhadores da cidade e do campo. Portanto, a EJA é a representação viva, na escola, da complexidade, diversidade e pluralidade da sociedade brasileira (DISTRITO FEDERAL, 2013:12).

Cabe salientar que as características de exclusão social do país são reproduzidas em sala de aula pela presença dos estudantes que, em menor ou maior grau, estão inseridos nesta lógica. Considerando os aspectos de exclusão, Brunel (2014), chama atenção para a mudança do perfil identitário da EJA. Inicialmente, esta modalidade de ensino possuía predominância de um público adulto, especialmente não alfabetizado em idade ideal e que retornava à escola depois de muitos anos afastado ou de ingresso tardio. Atualmente, no entanto, a EJA passa por uma transformação, com entrada de um público que é jovem e possui histórico de fracasso escolar, repetência, evasão e outras dificuldades diversas. Brunel (2004), também chama atenção para os fatores legais que facilitaram a entrada dos jovens através de legislação específica e dos fatores pedagógicos que através da falta de infraestrutura adequada da escola

e falta de professores cria dificuldades no processo de ensino, produzindo deficiências que produzem sequelas no histórico estudantil desses sujeitos.

Esta característica é reforçada pelo documento do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação e Esportes do Distrito Federal (SEEDF), quando aponta que:

Um agravante na situação brasileira refere-se à presença forte de jovens na EJA, em grande parte devido a problemas de não permanência e insucesso no fluxo natural de escolarização. Além disso, a sociedade brasileira ainda não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e famílias são obrigadas a buscar no trabalho dos estudantes uma alternativa para a composição de renda mínima, reduzindo seu tempo na escola. Mais tarde, esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural (DISTRITO FEDERAL, 2013: 37).

No tocante ao Distrito Federal, embora delimitado de forma planejada e portador da capital administrativa do país, não é menos excludente e segregador que o restante do país. Arrais (2004) aponta essa segregação ao nos apresentar três Brasília, a saber: a Capital Federal, as cidades satélites (regiões administrativas) e o entorno de Brasília. Em relação a forma de ver os espaços do Distrito Federal, Leite e Garcia-Felice (2015) reforçam o caráter segregador que a centralidade das análises dá a Brasília e que constroem uma identidade excludente, afirmando que:

As cidades possuem histórias e demandas próprias. E, são estas peculiaridades, a depender de onde se está ministrando aulas de História e Geografia, que revelam um mundo que se descortina, inclusive, no conflito com a centralidade delegada à Brasília. A visibilidade da capital se consolida na opressão e invisibilidade de inúmeras histórias no/do DF. (LEITE, GARCIA-FELICE, 2015:65)

Conforme dados da CODEPLAN (2019), através da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), em 2018 o Distrito Federal possuía um total de 2.881.854 habitantes, sendo composto em 52,2% de Mulheres e 47,8% de Homens, com idade média de 33 anos.

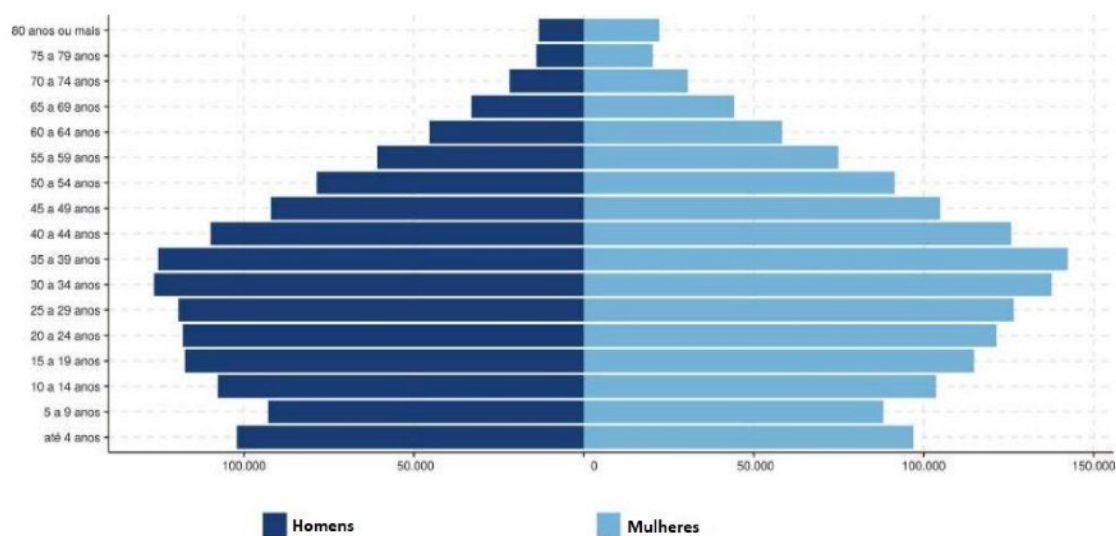


Figura 1: Distribuição da população por faixas de idade e sexo. Distrito Federal. 2018.
 Fonte: CODEPLAN/PDAD, 2019.

Desse total de habitantes, 49.203 pessoas estavam estudando, frequentando a modalidade de Educação de Jovens e Adultos conforme dados do Censo Escolar 2018, e, apesar de mulheres serem numericamente em maior número no Distrito Federal, elas correspondem a 48,9% do público na EJA, o que pode confirmar a informação do relatório de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que indicava, em 2018, que as mulheres possuíam maior escolaridade no Distrito Federal (CODEPLAN,2019).

Com relação a distribuição por idade e sexo na modalidade de Educação de Jovens e Adultos dois fatores chamam a atenção: em primeiro lugar, o fato de que mulheres são minoria entre as faixas etárias menores que 30 anos de idade, porém são maioria nas faixas etárias superiores a 30 anos. A explicação deste fato pode ser encontrada na desigualdade de gênero que faz com que mulheres abandonem a escola para se dedicar a vida materna, retornando à escola posteriormente a esta idade. Em segundo lugar, a grande presença de jovens com faixa etária até 29 anos na EJA, o que representa um total de 70% dos estudantes desta modalidade e reforça o processo de Juvenilização da Educação de Jovens e Adultos ressaltado por Brunel (2014), e estão representados na tabela 01.

Idade	Sexo		Total
	Homens	Mulheres	
Até 18 anos	7125	4487	11612
De 19 a 29 anos	12601	10170	22771
De 30 a 39 anos	2340	3585	5925
De 40 a 49 anos	1921	3337	5258
De 50 a 59 anos	821	1759	2580
De 60 a 69 anos	254	598	852
De 70 a 79 anos	56	131	187
Acima de 80 anos	2	16	18

Tabela 1: Distribuição de estudantes da EJA por idade e sexo em 2018
Fonte: CENSO ESCOLAR, 2018

Apesar do segundo intervalo de dados apresentar estudantes com faixa etária de 19 a 29 anos, uma decomposição dos dados ano a ano nos mostra que o maior contingente se concentra na faixa etária até 24 anos o que indica uma frequência relativa ainda maior entre os grupos mais jovens na EJA.

Com relação a cor, os dados do PDAD indicam em 2018 que, 40% de população branca no Distrito Federal e 57,6% de população parda e preta. Comparando com os microdados do Censo Escolar 2018, há uma difícil inferência uma vez que 50% dos estudantes da EJA analisados não se declararam em nenhuma categoria, reduzindo bastante a precisão deste dado. Apesar disso, analisando os declarantes, apenas 11% se considera de cor branca, enquanto 38,3% se declara de cor parda ou preta. Esta análise permite perceber que a defasagem idade/série atinge em menor proporção a população branca do Distrito Federal, apontando um outro problema que está incrustado na formação histórica do país: o fato de que a população de classe mais baixa tem cor e tem local no Distrito Federal.

Conforme dados do PDAD, em 2018, os grupos de renda baixa predominavam nas Regiões Administrativas (RA's) Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA–Estrutural e Varjão e os grupos de média-baixa renda se localizam principalmente nas RA's: Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião.

A estes grupos somam-se situações que revelam problemas muito próprios do espaço urbano a saber: estão sujeitos a maior taxa de desemprego (entre 20% e 23% segundo Boletim PED - Julho/2019, enquanto demais grupos variam entre 15% e 18%); possuem residências com menos infraestrutura e com maior presença de barracos de madeirite, alvenaria sem revestimento e placas de cimento (Dados PDAD em 2018); Possuem menos acesso ao saneamento básico com mais registro de casos de esgoto a céu aberto, fossas rudimentares e gambiarras para captação de água (Dados PDAD em 2018).

Os aspectos registrados apontam para uma série de particularidades que atingem a população dos extratos de menor renda no Distrito Federal, grupo que por sua vez predomina na Educação de Jovens e Adultos, o que traz consigo, portanto, uma série de demandas relacionadas a não efetivação do exercício de sua cidadania em plenitude no espaço urbano na qual está inserida.

Assim sendo, a Educação de Jovens e Adultos possui um papel fundamental na luta pela emancipação e formação cidadã deste extrato populacional e a Geografia em especial se apresenta como uma disciplina escolar que pode produzir grandes contribuições como ferramenta de compreensão e atuação em um espaço que foi construído a partir da segregação desde os seus primórdios.

Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos: uma importante ferramenta para emancipação e cidadania

Uma vez compreendido que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos trazem consigo uma série de demandas sociais que são resultado de um processo de construção histórica de exclusão no Brasil, cabe aos professores conduzir em sala de aula uma atuação que não desconsidere essas características.

Para Cavalcanti (2012), cabe ao professor, mediar o processo de ensino pelo qual os estudantes vão construir conhecimento no contexto escolar e no caso da Geografia deveríamos começar respondendo as questões: Onde? Como? Por que ali? Qual local das coisas no mundo?

A Geografia escolar, enquanto um conjunto de conhecimentos próprios que utilizam o espaço escolar como principal área de atuação pode ser uma poderosa ferramenta de emancipação e formação cidadã no processo de alavancagem para a mobilidade social dos

grupos que hoje são atendidos pela EJA. Nesse sentido o Currículo em Movimento da SEEDF aponta que:

A geografia escolar tem por referência o interesse público e a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Sua função consiste em promover a cidadania, desenvolvendo as competências e as habilidades para a “alfabetização espacial” dos jovens e dos adultos. Assim, tal componente curricular objetiva levar o estudante a interpretar de forma crítica e com base científica, de acordo com seu nível de compreensão, o mundo e ao mesmo tempo fazer com que ele pense ou construa os conceitos antes de serem apresentados, incorporando as mudanças recentes ocorridas no espaço geográfico mundial, juntamente com as novas ideias pedagógicas que enfatizam a interdisciplinaridade e os temas transversais (DISTRITO FEDERAL, 2006: 98).

No Distrito Federal, a principal concentração de estudantes atendido por esta modalidade de ensino está inserida nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio que concentram 86,7% dos estudantes da EJA (dados do Censo Escolar, 2018). Portanto, este texto se atentará especialmente na proposta curricular presente nestas etapas de ensino em específico.

Em seus objetivos de ensino, o Currículo em Movimento do Distrito Federal, se alinha aos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, colocando como objetivo geral do ensino de Geografia:

- Conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão de como as paisagens, os lugares e os territórios são construídos;
- Identificar e avaliar as ações dos seres humanos em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de forma que construa referenciais que possibilitem participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar;
- Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas ainda não usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;

- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Compreender a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem, desde as imagens, música e literatura de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço;
- Saber utilizar a linguagem gráfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia.

São em torno destes objetivos gerais que o ensino de Geografia tem seu conteúdo estruturado para atender os estudantes da educação básica, inclusive aqueles pertencentes à modalidade de educação de jovens e adultos. Tanto para os anos finais do ensino fundamental (segunda etapa), quanto para o ensino médio (terceira etapa), são propostos como conteúdos os conhecimentos ligados a Geografia e o mundo do trabalho no Distrito Federal, o reconhecimento da cultura, da experiência e do interesse profissional dos estudantes, a percepção da influência e da utilização das novas tecnologias no cotidiano e a relação entre a Geografia e os cursos técnicos com oferta no Distrito Federal.

Diante das demandas já expostas neste texto, que compõe alguns dos desafios vivenciados pelos estudantes da EJA, cabe ao professor de Geografia pensar em como conduzir seu trabalho para atingir com os conhecimentos geográficos desafios da vida real presentes no cotidiano dos seus estudantes. Como exemplo, a questão da moradia e da infraestrutura das residências, a temática da Geografia Urbana, aplicada na Geografia escolar, tem enorme potencial de conduzir reflexões que possam fomentar de maneira emancipatória as práticas cidadãs.

Malavski (2016) exemplifica como as práticas pedagógicas de oficinas geocidadãs tem um papel relevante na construção deste processo a partir da construção do conhecimento geográfico na Educação de Jovens e Adultos na Bahia, onde as demandas expostas se aproximam do Distrito Federal no que concerne à ocorrência da segregação socioespacial, submoradias e exclusão social quanto ao uso e ocupação do espaço urbano. A autora nos informa que

[...] as oficinas de geocidadania, a nossa práxis, visaram uma efetiva formação geocidadã dos nossos sujeitos de pesquisa, para embasar sua luta pelo direito à cidade de Salvador: uma cidade segregada e que passa por um amplo processo de (re)valorização da sua orla marítima a fim de atender os interesses dos setores de turismo e lazer em detrimento de outras demandas sociais sobretudo a questão da moradia da população menos abastada economicamente na cidade. (MALAVSKI, 2016: 185)

A temática do urbano aparece especificamente na proposta curricular da segunda etapa do segundo segmento e na segunda etapa do terceiro segmento. Apesar disso, nada impede que se realize uma relação entre esses conhecimentos e outras temáticas como por exemplo “Papel do homem na construção do espaço”, “Monoculturas de exportação e a exploração da terra”, “Desenvolvimento sustentável” e “Questões ambientais globais: efeito estufa, aquecimento global e camada de ozônio”.

Com relação a problemática do desemprego vivenciada pelos estudantes pode-se contribuir grandemente para uma reflexão crítica ao processo econômico estruturado na economia capitalista através de diversos conteúdos, entre eles: o papel dos blocos econômicos e os novos polos de poder econômico, o trabalho e a técnica nas diferentes sociedades humanas, divisão social do trabalho nas sociedades capitalistas industriais, os setores da economia e demais temáticas do conhecimento propostas para ensino na disciplina da Geografia.

A existência de um cenário real de desigualdade de gênero, experienciado especialmente pelas estudantes mulheres, tem potencial para ser debatido e realizado de forma propositiva enquanto se estuda a demografia do Brasil e os aspectos demográficos da nação e do Distrito Federal.

Carvalho Sobrinho, Gengnage e Claudino (2018), analisam a importância de trabalhar com projetos no ensino de Geografia, com ênfase no projeto “Nós propomos” desenvolvido e idealizado inicialmente pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, em 2011, e posteriormente, ampliado para vários países, entre eles o Brasil. Dessa forma compreende-se que

O Projeto Nós Propomos! aposta na compreensão da realidade vivida pelos estudantes e no comprometimento destes na sua transformação. Os jovens são desafiados a retratar o seu cotidiano e a buscar soluções para os problemas locais que lhes são significativos. Partindo de uma inspiração socioconstrutivista da aprendizagem, o Projeto possui dimensões que perpassam a teoria e a prática, já que, quando os estudantes buscam propor, devem investigar tanto no sentido prático, como teórico para que as soluções estejam de fato sistematizadas (CARVALHO SOBRINHO, GENGNAGE, CLAUDINO, 2018: 91).

Esta proposta pedagógica aliada ao ensino de Geografia na EJA, apresenta um grande potencial para a abordagem de temáticas que envolvam o saneamento básico e a participação ativa dos estudantes enquanto cidadãos junto ao poder público no enfrentamento desses problemas que estão inseridos em seu cotidiano social.

Os exemplos citados acima aparecem como um reforço para ressaltar a importância que a Geografia possui enquanto disciplina, especialmente em se tratando de um público que foi duramente negligenciado pelas políticas públicas educacionais e que compõe a esfera mais vulnerável da população do Distrito Federal.

Considerações finais

A formação da sociedade brasileira, por seu caráter historicamente excludente e elitista, relegou uma enorme parcela populacional a um processo de exclusão social. Os efeitos desta construção são refletidos em uma série de problemas sociais que vão do desemprego à falta de moradia nas cidades, entre outros e se refletem também no ambiente escolar.

A Educação de Jovens e Adultos foi durante muito tempo ignorada pelo poder público e reforçou a segregação daqueles que não tiveram por diversos motivos acesso ao processo de escolarização em idade normal. O recente aumento de jovens na EJA é também reflexo de uma série de problemas estruturais que reafirmam a importância de um olhar atento a esta modalidade de ensino e a vulnerabilidade do público atendido por ela.

No Distrito Federal, as características socioespaciais dos estudantes atendidos pela EJA demonstram que estes estão inseridos nas camadas de menor renda da população, sujeitos a maiores taxas de desemprego, habitação em submoradias e falta de infraestrutura de saneamento básico. Além disso, a desigualdade de gênero aprofunda ainda mais os problemas entre os grupos de menor renda e atinge as mulheres.

A Geografia Escolar, enquanto um campo da ciência que mobiliza os conhecimentos sociais e espaciais na sala de aula, possui grande potencial para reflexão, construção de conhecimentos e atuações que conduzam a emancipação e a cidadania dos estudantes da EJA.

Reforçar a importância desta disciplina no currículo escolar, como uma ferramenta de compreensão e transformação do espaço torna-se uma necessidade latente, especialmente se

tratando de um público atendido que, por suas características, é segregado socialmente e espacialmente e tem sido historicamente negligenciado enquanto destino de políticas públicas educacionais.

Antunes (2012) ressalta que a Geografia para Jovens e Adultos, “tem como meta essencial contribuir para formação integral do educando, ajudando-o a refletir, observar, compreender e interpretar o espaço geográfico que é um produto histórico e que revela a interação entre o ambiente e as práticas sociais das pessoas”. Nesse sentido, o saber geográfico, é mais que um simples amontoado de conteúdos, ele é uma chave que tem potencial de abrir portas para a mobilidade social e emancipatória dos estudantes para sua participação cidadã.

Referências

- ANTUNES, Celso. **Geografia para a Educação de Jovens e Adultos**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- BRASIL. **Microdados do Censo da Educação Básica 2018**. Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Janeiro, 2019.
- BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais jovens na educação de Jovens e adultos**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papyrus, 2012.
- CARVALHO SOBRINHO, Hugo. GENGNAGEL, Claudionei Luimar. CLAUDINO, Sérgio. Práticas pedagógicas em Geografia para uma educação cidadã emancipadora. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**. Bauru, v. 6, n. 2, p. 87-100, jul./dez. 2018.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio**. Brasília, DF. 2019. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/PDAD_DF-Grupo-de-Renda-compactado.pdf
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Mercado de Trabalho Distrito Federal. Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Ano 28, n. 7, Jul. 2019. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Boletim-PED-DF-julho-19.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **A inserção da mulher no mercado de trabalho do Distrito Federal. Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Mar. 2019. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim-Mulheres-PED-DF-2019.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento: Educação de Jovens e Adultos**. Distrito Federal, 2013.

LEITE, Maria Cristina Costa. GARCIA-FELICE, Renísia Cristina. O ensino de História e Geografia no DF. Percalços e percursos de uma única história chamada Brasília. **Revista história e diversidade**, v. 6, n. 1, p. 64-76. 2005. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/867>. Acesso em: 14 nov. 2020.

MALAVSKI, Paula Dagnone. **O ensino de Geografia e do urbano da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: as possibilidades de uma formação cidadã para a conquista do direito à cidade**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02052016-102620/pt-br.php>. Acesso em: 14 nov. 2020.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, n. 12, p. 59-73, set/out/nov/dez. 1999. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_06_MARTA_KOHL_DE_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.